

Judite A. Gonçalves de Freitas*

Ser Historiador e Cidadão Hoje**

R E S U M O

O presente estudo visa questionar a actualidade da participação do historiador enquanto cidadão e profissional de um ramo do saber que requer condições particulares de exercício, ou seja, que deve praticar uma determinada disciplina e dever profissional. Neste contexto, reportar-nos-emos aos actuais pomas de discussão filosófica sobre a natureza e validade do conhecimento do passado assentes em factores epistemológicos, metodológicos e ideológicos e que são sobretudo colocados pelos teóricos e filósofos post-modernos. Pretendemos igualmente salientar algumas das vantagens da introdução e conquista de «novos» territórios de pesquisa e das actuais perspectivas metodológicas da prática da História como disciplina académica e séria. O nosso intuito é trilhar o caminho da interpelação na busca de uma leitura do valor ético do trabalho dos sacerdotes de Clio e, obviamente, da respectiva dimensão cívica. De facto, o que se deseja é repensar o valor e o impacto do estudo do passado humano na sociedade do século XXI, interpelando-nos sobre: o que é (e para que serve) a História Hoje? (isto para adoptar como mote o cabeçalho de um livro recentemente dado à estampa entre nós).

I – Apresentação da problemática

“Even in a democracy, history involves power and exclusion, for any history is always someone’s history, told by that someone from their point of view (...) the effort to establish historical truths itself fosters civility (...) no one can be certain that his ou her explanations are definitively right, everyone must listen to others. All human histories are provisional; none will have the last word” (APPLEBY, HUNT e JACOB, 1995: 10)

“A história é a mais aberta e acessível das disciplinas académicas. Todos podem fazê-la – de facto todos a fazem, já que todos têm a experiência do passado e acesso privilegiado às fontes da sua própria

** Contém duas entrevistas efectuadas ao Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e à Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a quem queremos manifestar os nossos agradecimentos por toda a disponibilidade. Esta comunicação foi apresentada no *Congresso Internacional Cidadania(s) - Discursos e Práticas* (Porto, Universidade Fernando Pessoa, 29 e 30 de Junho de 2006).

* Professora associada com agregação da Universidade Fernando Pessoa; Professora Agregada pela Universidade do Porto / Faculdade de Letras; Investigadora do Centro de Estudos Medievais e do Renascimento – UP - CEPESE (FCT); jfreitas@ufp.edu.pt.

história (...) mas o facto de a história estar acessível a todos não significa que todos a pratiquem igualmente bem” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195-196).

“According to many, we live in the time of the ‘posts’ - postindustrialism, postFordism, postMarxism, posthumanism, posthistory, and postmodernism (...) The discourse of the post is sometimes connected with apocalyptic sense of rupture, of the passing of the old and advent of the new” (BEST e KELLNER, 1997: 1).

Não sendo propriamente uma historiadora da área do mental ou do “intelectual”, não é de todo despiendo que ao cuidar e propender para temas relacionados com as sociedades políticas e o poder, me tenha vindo a interessar de há algum tempo a esta parte por questões atinentes às actuais tendências da história, ou por temas relativos à linguagem conceptual subjacente à produção historiográfica nacional e internacional e respectivas inter influências, perspectivando a evolução da historiografia bem como reflectindo sobre o discurso e as práticas historiográficas actuais¹.

No último quartel do século XX e princípios do corrente muito se tem produzido no âmbito da explicação do valor e da responsabilidade cultural da História enquanto disciplina científica, na base daquilo que hoje se entende por ciência post-moderna, produzindo as mais diversas perspectivas críticas sobre o actual «valor» do relato do passado. Tal facto conduziu-nos à procura de uma via de esclarecimento das principais interpelações que nortearam a redacção desta comunicação: Que desafios e críticas impendem sobre os profissionais de Clio? Que papel cabe hoje ao Historiador enquanto transmissor de uma visão compreensível do passado? Que respostas têm sido dadas pelos defensores da validade, pertinência e legitimidade do discurso historiográfico? Pode algo de ético ser aprendido através da história? Existe uma responsabilidade pública dos produtores da história maior do que aquela que cabe aos restantes profissionais dos saberes sociais e humanos? Se sim, porquê?

Assim, o que inicialmente expomos é uma sinopse das correntes de pensamento e os problemas que levantam inserindo-as no respectivo contexto histórico e humano de produção e prática da história. A problemática subjacente às questões enunciadas não é de fácil abordagem. A ligação entre história, ética e política é inevitável; bem como entre história e julgamento moral, entre ofício de historiador e propósito público do seu trabalho. Dito de outro modo, está aqui em causa a dimensão ética e cívica do trabalho historiográfico. No sentido de (re)examinar a controversa problemática lemos e analisamos vários ensaios filosóficos (alguns de difícil abordagem e interpretação), estudos críticos, ensaios analíticos produzidos por estudiosos de diversos domínios (da literatura à filosofia, passando, evidentemente, pela história intelectual e do pensamento) incidindo, o mais das vezes, sobre a natureza da História e debruçando-se sobre questões epistemológicas (validade e objectividade do conhecimento) e as etapas de construção do discurso historiográfico (método). Assim fomos palmilhando as actuais tendências metodológicas e as perspectivas investigativas nos principais trabalhos dados à estampa nos últimos vinte e cinco anos, sob os auspícios do *post*-modernismo, mas que ocupam um lugar destacado na revisão bibliográfica por nós executada. Paralelamente procedemos a uma entrevista

¹ FREITAS, 2004 e 2005.

a alguns dos maiores vultos da historiografia nacional que exercem o *sacerdócio de Clio*, há mais de trinta anos, com dedicação e seriedade, completando a revisão da bibliografia internacional, sobretudo originária do mundo de língua inglesa que, em nosso entender, «estranhamente» ignora ou persiste em transpor os desenvolvimentos da actual análise filosófica da história de origem francesa e/ou alemã, acabando por lhes conceder um espaço reduzido².

De um ponto de vista teórico, o debate encontra-se em fase incandescente, e por isso é possível apontar os representantes das distintas correntes, sobretudo dos anos 80 aos finais do século XX.

Verificámos que existem pontos de contacto, mas que são muito mais os problemas levantados (e que não são passíveis de uma análise exaustiva nesta reflexão), do que os resolvidos, e estamos em crer que a discussão se irá manter (entre escolas, correntes interpretativas, territórios ou domínios historiográficos) por mais tempo até à progressiva dispersão do confronto entre as correntes e níveis de observação que, de algum modo, celebram o *post-modernismo*³ – confirmadas nas advertências de Arthur C. DANTO (1965 e 2004); Hayden WHITE (1987); Steven BEST (1991 e 1997); de Keith JENKINS (1997 e 1991 sobretudo), de Alan MUNSLOW (1997), de Frank ANKERSMIT (1997), de David HARLAN (1997), de Elizabeth D. ERMARTH (1992) *et al.* - e, do neomodernismo patente em Agnes HELLER e Ferenc FEHÉR, 1989; Joyce APPLEBY, Lynn HUNT e Margaret JACOB (1995) *et al.*, a que podemos juntar as reacções mais ou menos explícitas ao *post-modernismo* interpretadas por John TOSH (2000 e 2005), C. Behan MCCULLAGH (2001), Richard EVANS (1999), David CARR (1991 e 2004), Terry EAGLETON (1996) John P. DIGGINS (1995) *et al.* que apontam para a ideologia do «novo» valor ético da história⁴.

Do nosso ponto de vista, as correntes que assumem uma postura teórica e metodologicamente distinta são essencialmente duas. De um lado, a encabeçada pelos (auto-)designados detractores da história como disciplina científica e convencional (incluindo os que concebem a história como uma ilusão – uma representação / reconstrução subjectiva do passado - e os que negam o carácter científico ao afirmar que ela é uma arte); de outro lado, os que assumem uma atitude oposta perfilando e defendendo a existência de um código de prática profissional e que acreditam no papel e na função racional e positiva da disciplina⁵, ainda que lhe reconheçam preocupações específicas e distintas dos restantes saberes sociais⁶. Estes autores defendem a tese

² Como excepções a esta regra cabe-nos salientar o recente ensaio de DAVIES, 2006 e o de EVANS, 1999. Entre nós pode ver-se igualmente a bibliografia do ensaio de CATROGA, 2003.

³ Sobre a génese, consolidação e consequências do *post-modernismo* deve ler-se Perry ANDERSON que avança com novos dados, nomeadamente no que respeita às origens do movimento em 1930, na era *post-industrial*, pelo autor espanhol Frederico de ONIS (ANDERSON, 1998).

⁴ DAVIES, 2006, estabelece de forma sistemática uma diferenciação entre os argumentos dos autores que defendem que a história é uma ilusão (uma construção) e os que a consideram um conhecimento de natureza sensorial, estético, uma arte. Cfr. por todos os quadros das páginas 252-253.

⁵ Muito recentemente foi dado à estampa, em Espanha, um ensaio que apresenta o resultado de uma nova e singular experiência pedagógica levada a cabo por um grupo de professores titulares de História Medieval da Universidade de Saragoça, que perceberam a necessidade de produzir uma reflexão conjunta sobre as práticas investigativas e os métodos de ensino e de aprendizagem do passado humano como um meio de melhor compreender o presente (CORRAL LAFUENTE, GARCÍA HERRERO, NAVARRO ESPINACH, *Taller de Historia. El oficio que amamos*, 2006).

⁶ CANNADINE, 2006, e nomeadamente CERTEAU, 1975, que no ponto “A História, discurso e realidade” distingue as formas essenciais de procedimento científico sobre o conhecimento do real (1975: 45-54).

de que a história e o seu ensino não está em crise⁷, muito embora reconhecendo a “*natureza inconstante da disciplina*”⁸.

Se atendermos aos estudos entretanto publicados (resultado da prática historiográfica), e tomando como referente as especializações e subespecializações, os reflexos do *post*-modernismo revertem a favor de uma maior amplitude temática em virtude da introdução de «novas» e originais temáticas que, em boa parte se devem às influências da antropologia e da sociologia (v.g. a morte, o ritual, os símbolos, o gesto, o corpo, o pudor, o género, as múltiplas dimensões da vida privada...; e ainda “*As histórias «virtuais», as histórias do contrafactual, do ambíguo, do implícito, do liminal, do transgressivo, do auto-reflexivo, do semiótico, do representacional, do inconsciente, do sonho, (...) tornam-se interessantes e aceitáveis, para quase toda a gente*”⁹, se bem que a abordagem metodológica nem sempre corresponda integralmente aos respectivos princípios teóricos e especulativos.

Em geral, tudo se passa como se o domínio da discussão dos princípios não estivesse a produzir ampla e radial moosa na praxis historiográfica, pois a maioria dos profissionais de Clio não se inquieta com a barreira epistemológica erigida pelos filósofos da história post-modernos entre investigadores e «sacerdotes de Clio» de consciência e prática modernas, post-modernas e neomodernas¹⁰, no produto final da respectiva actividade de investigação e análise interpretativa dos dados.

Mas vejamos quais são as principais críticas lançadas pelos post-modernistas à confiança na verdade do conhecimento histórico.

II - Verdade e Ética

Nos termos da prática historiográfica a busca da verdade histórica constitui um dos principais valores da respectiva objectividade científica. A questão reside no que pode e deve ser entendido como verdade na escrita da história¹¹. E no que toca a este assunto existem perspectivas e níveis de análise que raramente coincidem na argumentação.

Elisabeth D. ERMARTH e David HARLAN falam de *post*-história e *post*-ética quando se referem a viver o tempo e a moralidade em tempos *post*-modernos. Elisabeth D. ERMARTH, num livro intitulado *Sequel to History* (1992) subverte a ideia de tempo linear apontando para um tempo rítmico que preconiza o abandono da dialéctica, da teologia e transcendência, bem como da suposta neutralidade do tempo histórico¹². A mesma imagem pode ser extraída da análise

⁷ Por exemplo, WILSON, 2004.

⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195.

⁹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 192.

¹⁰ GREEN e TROUP, 1999 dividem em onze escolas ou edifícios a evolução do pensamento histórico e construção metodológica da disciplina, desde o empirismo do filósofo e ensaísta londrino Francis Bacon (1561-1626) ao *post*-estruturalismo e *post*-modernismo do último quartel do século XX, passando pelo marxismo, a história quantitativa, o *post*-colonialismo, entre outras.

¹¹ O filósofo historicista alemão W. DILTHEY (1833-1911) procedeu à crítica da verdade histórica, ideia retomada pelos pensadores da história anglo-americanos ao colocarem a questão da cientificidade da história. Por exemplo, CARR, 1991.

¹² JENKINS, 1999: 163.

produzida por David HARLAN em *The Degradation of American History* (1997). HARLAN reporta-se aos nossos dias como viver no tempo mas fora da história, e viver na moralidade mas fora da ética. Não obstante, HARLAN segundo John DIGGINS ser “*um pós-modernista com consciência pré-moderna*”¹³. O filósofo e ensaísta George STEINER (2001), como ele próprio se define - um “*maître à lire*” -, fala em “*imagens do passado*” quando se reporta ao resultado do trabalho do historiador.

Estes críticos e filósofos da história, no limite, negam a existência de um código profissional quando anunciam o colapso da história e da ética, questionam o valor da narrativa, colocam fim à dialéctica e combatem a crença nas metanarrativas, declaram a contingência do significado em detrimento da causação na linha de Jacques DERRIDA (1967), Michel FOUCAULT (1970), Jean F. LYOTARD (1979) *et al.* e, finalmente, realçam a importância da compreensão menosprezando a explicação. Outros ventos original e simetricamente fenomenologistas e *post*-estruturalistas conferem um «renovado» papel à linguística com destaque para Roland BARTHES, considerando a história como género literário, aproximando-a da ficção quando escreve “*historical discourse is essentially a product of ideology, or rather of imagination*”¹⁴. De igual modo, a teoria da desconstrução de Jacques DERRIDA em que a “*A linguagem se cria e cria mundos*”, aplicada à história, traduz-se numa ameaça à possibilidade de efectuar uma leitura da verdade. Na mesma linha de ideias Lawrence STONE adverte que não existe necessariamente uma relação entre o texto da história e os textos dos historiadores. Os textos que sobrevivem do passado são arbitrários na sua significação tal como os outros textos, e igualmente os textos que os usam; e conclui que nada existe fora do texto¹⁵.

A este propósito Keith JENKINS, seguindo a linha de pensamento de Hayden WHITE e Frank ANKERSMIT, argumenta que “*when we study history we are not studying the past but what historians have constructed about the past (...) our real need is to establish the presuppositions that historians take to the past*”¹⁶.

Num ensaio publicado recentemente, o mesmo autor, salientou que o passado só pode ser redesenhado / reconstruído e não representado pelo historiador, conseqüentemente há tantos desenhos, quantos os construtores do discurso¹⁷. Muito antes dele Paul RICOEUR¹⁸, que não é um *post*-estruturalista, referia-se à narrativa histórica como um tipo de discurso semelhante ao do romancista, ambos se apropriam dos eventos factuais ou não, conferindo-lhe uma ordem e significado. O objectivo é narrar ao leitor acontecimentos passados a que ele não tem acesso. Neste sentido, existe uma subjectividade implícita no discurso historiográfico, pois depende de quem narra, efectua a selecção e a organização dos factos.

Apreciação distinta é sustentada por David CARR, quando a propósito da diferenciação entre história/narração, imaginação e ficção refere que na ficção a questão da verdade ou falsidade

¹³ DIGGINS *cit. in* JENKINS, 1999: 184.

¹⁴ BARTHES, 1970: 153.

¹⁵ STONE, 1992: 189-194.

¹⁶ JENKINS, 1991: 47.

¹⁷ JENKINS, 2003.

¹⁸ Respectivamente em 1964 e 2000.

não se coloca, na medida em que não existe um compromisso de aproximação com a realidade. “Historians use their imagination (...) not to produce fiction but to make claims about the real world -, in particular, to produce narrative accounts of how things really happened”¹⁹. Por conseguinte, a história é uma narrativa não-ficcional. Para CARR mais importante que alimentar as discussões pouco férteis sobre o valor da narrativa versus a experiência individual (criada pelos fenomenologistas) considera ser fundamental combinar: fenomenologia hegliana e teoria da narrativa; tal é por ele considerado como essencial à compreensão da História²⁰.

“The historian does not have to «reinscribe» lived time into natural time by the act of narration, as Ricouer says, lived time already there before the historian comes along. To tell stories about the human past is not to impose an alien structure on it but is continuous with the very activity that makes up the human past.”²¹

Nesta mesma linha de ideias se encontra o historiador britânico John TOSCH que num recente livro intitulado *The Pursuit of History* (2005), descreve os principais motivos pelos quais a história é uma disciplina controversa e incómoda. Para este autor a verdade factual não pode ser encarada como uma mera opinião. A evidência factual é estabelecida a partir da interpelação das fontes (resulta de um inquérito protocolar aplicado) e é sustentada em documentos e memórias do passado; por conseguinte não reside numa arbitrariedade do historiador²². Para este autor a erudição crítica é um dos sustentáculos do discurso histórico, que não pretende ser a Verdade, mas uma verdade credível, porque próxima do real. Por consequência, a narração parece ser uma qualidade implícita ao labor historiográfico, na medida em que exprime a *décalage* temporal entre algo de mais antigo e algo de mais recente, muito embora a acuidade do discurso narrativo se possa colocar de forma diversa de um domínio histórico para outro, tal como salienta Armando L. de Carvalho HOMEM²³.

Por seu lado, a relação entre ética, verdade e consciência histórica são para todos os efeitos conceitos relacionados e sempre presentes no esforço cognitivo do historiador, segundo Arthur C. DANTO²⁴. Para este autor, e recordando as palavras de Heródoto para quem o principal objectivo da história era o de “*preserve the memory of the past by putting on record the astonishing achievements both of our and other peoples*”, existe uma razão moral para escrever história, como existe uma relação entre moral e verdade, na medida em que compete ao historiador dizer a verdade²⁵. Por seu lado, Frank ANKERSMIT escreve em louvor da subjectividade do historiador – a historicidade, conceito proveniente de HUSSERL, HEIDEGGER, SPENGLER - ligando-o à política e aos valores culturais e morais da sua formação, realçando a contingência do discurso histórico²⁶. Frank ANKERSMIT defende as virtudes e o valor da presença do historiador nos seus escritos, justificando-

¹⁹ CARR, 2004: 255.

²⁰ CARR, 1991: 45-72.

²¹ CARR, 2004: 257.

²² TOSCH, 2000 e 2005.

²³ Sobre a distinção entre “realidade histórica”, “narração” e “verdade histórica” veja-se por todos a Entrevista I, em anexo.

²⁴ Designadamente nas obras de 1965 e 2004.

²⁵ DANTO, 2004: 78.

²⁶ ANKERSMIT, 1989 e 2004.

-as pela inclinação natural por determinado tema da história, pelo estilo de escrita e argumentação ou pela pertença a uma Escola, rematando que a questão da subjectividade *versus* objectividade deve ver-se na lógica da proximidade da verdade e valor. Para este pensador, “verdade histórica” e “valor” estão intrinsecamente ligados. A verdade determina o valor e vice-versa. O valor é um guia indispensável para se atingir a verdade histórica²⁷. No que ao conceito de historicidade respeita²⁸, as ideias do autor não constituem de todo uma novidade. Relembro que em 1961, Edward Hallett CARR referia-se à história como um produto do historiador e do seu tempo (“a história é o resultado de um diálogo interminável entre o presente e o passado”) – ideias que fizeram escola nos anos 60 e 70 - e que acabaram por ser fortemente contestadas pelo historiador do político Geoffrey R.-ELTON (1967) ao denunciar a superficialidade da história social da época, acreditando na narrativa histórica apoiada na erudição crítica.–

Hoje em dia, uma larga maioria dos *sacerdotes de Clio* acredita igualmente na influência dos factores que constituem a sua própria história de vida e que, muito naturalmente, condicionam o seu comportamento numa ou noutra situação; fazem-no numa atitude de responsabilidade científica e compromisso cívico. Neste sentido se deve compreender, a publicação ao tempo inovadora, dos *Essais d'Ego-Histoire*, coordenados por Pierre NORA, e publicados em 1987, que reúne um conjunto de depoimentos pessoais de alguns dos maiores nomes da historiografia da altura. Outro tanto vem sendo apresentado por “celebridades” da historiografia nacional e internacional, dirigindo-se a um público mais vasto, prontificando-se a prestar esclarecimentos sobre o carácter singular dos respectivos itinerários pessoais e profissionais, abordado questões de linguagem conceptual e de construção de discurso historiográfico numa obra de publicação recente intitulada *Os Historiadores*, sob a coordenação de Michel VOVELLE *et al.*, ou até mesmo através de depoimentos individuais²⁹.

Os debates *post-modernos* têm efectivamente dominado a cena intelectual, cultural e científica de há pelo menos três décadas para cá, atingindo inevitavelmente a história e tudo o que ela produz (historiografia).

Actualmente são muitos os pensadores que questionam a validade científica (objectividade) do trabalho historiográfico quando associam e conectam conhecimento histórico e narrativa / ficção, partindo de uma proposição falsa (falácia) de que todo o conhecimento científico é objectivamente verdadeiro. É tão errado pensar que atingimos a verdade absoluta como pensar ser impossível atingir uma verdade historicamente assinalável. “*we are arguing here that truths about the past are possible, even if they are not absolute, and hence are worth struggling for*”³⁰. Quando falamos de verdade em história referimo-nos à verdade intelectual, que se funda numa atitude de liberdade e de responsabilidade científica e social (sem necessitar de consenso), que assegura que o alcance da verdade exige um esforço cognitivo e disciplinado de investigação, exploração e avaliação das fontes, em especial, de arquivo. A verdade funda-se pois no respeito

²⁷ ANKERSMIT, 2004: 3-5. Uma contestação da tese de ANKERSMIT produzida por EVANS pode ler-se em www.list@ihr.sas.ac.uk.

²⁸ CARR, 1991: 100-118.

²⁹ COELHO, 2006; COELHO, 2006 – entrevista II, em anexo e–HOMEM, 2006 – entrevista I, em anexo.

³⁰ APPLEBY, HUNT e JACOB, 1995: 7.

integral pelas fontes, “(...) *se estas forem fidedignas então as informações que contém serão verdadeiras*”³¹. Por seu lado, a verdade histórica não resulta do conhecimento da totalidade da «realidade passada» mas da ‘totalidade’ da «realidade conhecida», daí a importância da erudição crítica sustentada na busca e avaliação criteriosa das fontes e respectiva crítica documental. O rigor do trabalho do historiador assenta num conjunto de rotinas e procedimentos que constituem um garante da compreensão objectiva do passado, a que se convencionou chamar de verdade. Rematando com as palavras de Fernando SAVATER, “*Nem todos os tipos de verdade são iguais, mas isso não equivale a dizer que o conceito de verdade careça de conteúdo ou que toda a «verdade» é uma construção tão caprichosa e imprecisa como as falsidades que se lhe opõem*”³².

Por tudo isto, não creio que haja justificação suficiente para que enveredemos pelo cepticismo radical, pelo niilismo ou relativismo excessivos, que constituem uma resposta cultural, não raro desmedida e intencional, à questão da crise do conhecimento e da autoridade do pensamento moderno. Concordamos com Hayden WHITE quando refere que “*o relativismo moral e o cepticismo epistemológico constituem a base de tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças*”³³, ideias que, do nosso ponto de vista, devidamente reflectidas, não põem em causa a possibilidade de construção de um saber cientificamente válido.

Numa palavra, o pragmatismo a-moral, de que alguns filósofos e teóricos da história *post-modernos* são intransigentes defensores, e que vão conseguindo expandir junto de determinado tipo de consumidor e estudantes – um fenómeno já «velho» de que o «novo» é bom e popular, colocam dúvidas e atraentes «mistérios» (raramente anunciam soluções), para os quais alguns de nós têm igualmente apontado ao movimento ambivalências e contradições, sirva de exemplo o exercício crítico de Terry EAGLETON³⁴. Os propaladores da visão apocalíptica e mais radical, regra geral, criticam a história produzida pelos académicos - os verdadeiros *sacerdotes de Clio* -, os que fazem da história o seu ofício, não se referindo à história produzida pelos não profissionais, pelos aprendizes, jornalistas e curiosos. Por outro lado, partem de uma perspectiva, o mais da vezes especulativa, procedendo à avaliação do exercício profissional do que habitualmente não fazem. Ou seja o relativismo radical é defendido, o mais das vezes, por teóricos ou filósofos da história. Deontologicamente falando, a história, de acordo com os seus objectivos práticos, reconhece valores e configura normas de exercício profissional e técnico de há pelo menos dois séculos a esta parte.

Passemos agora para o segundo segmento de análise a que nos propusemos de início, partindo de uma indagação: para que serve a história hoje?

III - História, Identidade e Cidadania

Em tempos *post-modernos* vaticina-se o fim da história, como ciência e como discurso válidos. Mas a história como disciplina tem uma das mais longas tradições no Ocidente e na

³¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 199.

³² SAVATER, 2004: 97.

³³ WHITE *cit. in* JENKINS, 1991: 90.

³⁴ 1996: 20-44.

civilização ocidental³⁵. Porém, a tarefa do historiador está repleta de riscos e implicações. Em primeiro lugar, porque toda a actividade humana tem uma dimensão de valor / importância e o resultado da actividade do historiador é particularmente susceptível de transportar uma responsabilidade cívica e pública; em segundo lugar, todos os *profissionais de Clio* têm que encarar as respectivas origens e formação intelectual e político-cultural (os historiadores são agentes do processo histórico - historicidade); e por último, os limites da sua própria interpretação, susceptível de refutação.

Ainda recentemente, num artigo, David CARR³⁶ lançou uma interpelação, no mínimo, inquietante: Que base moral existe na aprendizagem da verdade sobre algo que não tem no imediato reflexos sobre as nossas vidas? O que faz da prática histórica uma prática moral e cívica?

Em resposta à interpelação de David CARR podemos reportar-nos à proposição do filósofo de Harvard, George SANTAYANA (1863-1952)³⁷, que admite que as pessoas que esquecem o passado estão condenadas a repeti-lo. No seu entender a história tem um fim útil, pois permite enquanto conhecimento «verdadeiro» do passado o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. SANTAYANA pretende igualmente salientar que a história é a memória colectiva da humanidade e que uma amnésia colectiva (de massas) teria péssimos efeitos. E remata, “*Um país sem memória é um país de loucos*”³⁸. Esta visão utilitária da história não é porém a única que justifica a pertinência da difusão do conhecimento histórico. Edward H. CARR – no seu conhecido e contestado livro – *What is History?* (1961) - na busca de uma explicação racional, considera que a história ajuda a dominar o presente e a alterar o futuro, o que confere à disciplina um manifesto propósito público.

Outros historiadores como Edward GIBBON, um dos mais reconhecidos especialistas do Império Romano³⁹, pensam que o estudo da história é um meio de conhecimento de nós próprios, assim como Beverly SOUTHGATE argumenta que a história (a memória dos factos passados), é de “*suprema importância*” para manter o sentido de identidade. A história para SOUTHGATE (2005) permite o conhecimento da identidade pessoal e da identidade colectiva fundamento da coesão social (a memória social). Na mesma linha de pensamento se situa Arthur MARWICH (2001) quando refere que a consciência histórica é uma necessidade pessoal e social.

Sob um outro prisma, alguns estudiosos sustentam que a história satisfaz as nossas necessidades pessoais e colectivas de identidade na base de uma relação quase psicanalítica de que só conhecemos o comportamento humano no presente pelo conhecimento “consciente e explícito” do passado, como argumenta Mark T. GILDERHUS: “*History also provides a way to study the identity of people, both individually and collectively. In some ways, this function of history parallels psychiatry and psychoanalysis in that these fields also endeavour to clarify human behaviour in the present by making knowledge of the past both conscious and explicit*”⁴⁰.

³⁵ LAMBERT e SHOFIELD, 2004.

³⁶ 2004: 254.

³⁷ Publicou, entre outros, nomeadamente *The Realm of Truth*, 1937.

³⁸ SANTAYANA *cit. in* GILDERHUS, 2003: 4 e ss.

³⁹ GIBBON *cit. in* GILDERHUS, 2003: 4.

⁴⁰ GILDERHUS, 2003: 7.

Num artigo muito interessante o historiador da cultura alemão Jörn RÜSEN refere que existem três níveis de responsabilidade no trabalho do historiador: a um primeiro nível os historiadores são os advogados da memória colectiva e responsáveis pela sua ordem; a um segundo nível, os historiadores são responsáveis pelo futuro na medida em que este depende da representação do passado, e finalmente a um terceiro nível, os historiadores são responsáveis pela herança do passado, eles têm que fazer justiça às pessoas (neste âmbito cabe o juízo moral). A história é uma parte da orientação cultural da vida⁴¹.

Em suma, o conhecimento histórico promove o entendimento cultural entre povos (a história das etnicidades tão em voga dos anos 70 para cá) e, simultaneamente ajuda o indivíduo a captar uma noção geral da sociedade em que está inserido, - a compreender a sociedade em que vive. Por conseguinte, facilita a sua integração social. A história é um ensino útil ao cidadão dos nossos dias, sendo essencial à formação integral do indivíduo⁴². Mas o facto é que a história nos *curricula* escolares tem vindo de há pelo menos duas décadas a decair de importância⁴³. Não obstante esta tendência, a história permanece «viva» nas Universidades – entidades por excelência produtoras do saber – onde “nas décadas de 80 e parte da de 90 conheceu uma fase de verdadeira pujança do estudo e ensino da História”⁴⁴ contribuindo para o aumento do número daqueles que estão habilitados a desenvolvê-la (mestres e sobretudo doutores). Os doutores em História, no entender de Richard J. EVANS, são os mais habilitados profissional e tecnicamente para fazer e discutir a história⁴⁵, uma vez que possuem sofisticados métodos de análise desenvolvidos ao longo dos anos. Como refere Arthur MARWICH, “*the techniques of deconstruction on discourse analysis have little value compared with the sophisticated methods historians have been developing over the years*”⁴⁶.

Para além do mais, junto de determinados sectores da sociedade, a História goza de uma certa popularidade que deixa transparecer alguns vantajosos efeitos no futuro imediato. Assim entende C. B. McCULLAGH (1998) que refere que a reputação da história reflecte um desejo de nos conhecermos mais e melhor. Rematando que os professores de história têm o dever de dar a conhecer às novas gerações o conhecimento acumulado da civilização humana, como que prevenindo a incompreensão do passado e/ou do «outro». Ideia análoga é partilhada por Maria Helena COELHO ao referir que “*A História assegura a memória colectiva dos povos, contribuindo para a sua identificação e identidade e para uma mais abrangente compreensão do mundo*”⁴⁷.

Presenciamos na era *post*-industrial que decorre, uma fulgurante fase da produção editorial de entretenimento, em que o romance histórico (ficcionalizado é certo), ocupa um destacado e

⁴¹ RÜSEN, 2004: 197-202.

⁴² FURAY e SALEVOURIS, 2000.

⁴³ MATTOSO ao proceder recentemente a um diagnóstico realista do ensino da história nas escolas portuguesas salienta que lamentavelmente “(...) corremos o risco de a história ensinada ter cada vez menos relação com a história investigada (mesmo considerando nesta os estudos com efectivo valor crítico e excluindo os subprodutos)”, considerando “a manutenção dos programas do ensino secundário como insustentável” (2001: 233 e 236).

⁴⁴ COELHO, 2006: 167.

⁴⁵ 1999: 39 e ss.

⁴⁶ MARWICH *cit. in* EVANS, 1999: 61.

⁴⁷ COELHO, Entrevista II, em anexo.

preeminente lugar. Existe um canal aberto de História, em paralelo salienta-se apenas um ou outro programa de tipo documental inserido do domínio das ciências aplicadas (canal Odisseia, por exemplo). No cinema observamos um fenómeno simétrico, o filme que retrata heróis do passado atrai multidões e vende milhões, porque é atraente e agradável, mas também, pensamos, porque é, de algum modo reconfortante e interessante confrontarmo-nos com modos de existência findos, mas válidos enquanto impressões da mudança da humanidade ao longo do tempo⁴⁸. Este interesse pelo passado manifesta-se, quer colectiva, quer individualmente. A biografia, género de tradições marcadamente narrativas⁴⁹, cronísticas e historiográficas, é um género actualmente muito praticado, nem sempre pelos melhores intérpretes. As pesquisas genealógicas privadas estão na moda e a história familiar (patrimonial) também⁵⁰. Uma «onda» de interesse pelas raízes, num tempo que valoriza o presente, o efémero, o acontecimento trepidante, breve e rítmico. Acresce a este facto que todas as pessoas, de nível médio ou superior de formação, detém uma especial propensão para tecer comentários sobre algumas das realidades históricas conhecidas, sejam elas mais próximas ou mais afastadas de nós. Vivemos um tempo em que a história domina a sociedade contemporânea, conforme refere Martin L. DAVIES (2006). Ou como salienta FERNÁNDEZ-ARMESTO “*Tudo o que fazemos ou pensamos, tudo o que imaginamos sobre o futuro, passa instantaneamente para o passado, tornando-se assim adequado para a investigação [e curiosidade] históricas*”⁵¹.

Mas nem tudo corre assim tão bem para nosso contentamento. Nos programas televisivos nacionais, o mais das vezes, são descurados os aspectos mais relevantes para que a mensagem seja competentemente transmitida. Poucos são os documentários ou outros programas que procedem à recolha de opinião de especialistas. Outro tanto se passa no que respeita ao jornalismo cultural que dilui precipitadamente a possibilidade de existência de “*uma crítica cliográfica que estivesse atenta à História que se faz e a encarasse como tal*”⁵², em conjunto com o todo da crítica e dos críticos (literários, cinematográficos, das artes plásticas, etc). Neste ponto, quase tudo está por fazer infelizmente, quando sabemos que estes meios são hoje dos mais poderosos instrumentos de formação de opinião. Carvalho HOMEM lança o alerta quando refere “*seria essencial no mundo de hoje a existência de uma boa divulgação do saber dos profissionais de Clio. [Em Portugal] Não há boa divulgação histórica*”⁵³.

Terminemos com um excerto de J. MATTOSO, “*A exigência do exame crítico tornou-se (...) maior ainda no mundo actual do que no tempo das lutas ideológicas. Poucas disciplinas preparam*

⁴⁸ Sobre a forma como a televisão e o cinema têm produzido, algumas vezes, abusivamente, idealizações ou interpretações erróneas do passado, superando em larga escala a influência dos livros da especialidade junto do público em geral ver por todos FERRO (2003). *The use and abuse of History*. Sob um outro ângulo de abordagem ver também Neustadt e May (1986), *Thinking in time: the uses of History for decision makers*.

⁴⁹ Narrativa remete para descrição ou exposição de acontecimentos mais ou menos encadeados, conferindo-lhes um determinado espaço ou tempo reais ou imaginários.

⁵⁰ O IAN/TT disponibiliza a todos os consultores do seu site meios informativos para aprenderem a construir uma árvore genealógica, para além de indicar as origens e os actuais desenvolvimentos desta prática científica <http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_genealogia>.

⁵¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195.

⁵² HOMEM, Entrevista I, em anexo.

⁵³ HOMEM, Entrevista I, em anexo.

tão seriamente o indivíduo para o exercício da crítica da informação mediatizada do que a História, pelo facto de só permitir o uso de factos estabelecidos por uma inferência rigorosa a partir de dados seguros. [E remata] É evidente que o ensino da História tem que se preocupar com este objectivo de formação estrutural do indivíduo. Talvez ele seja mais importante ainda do que o que busca o conhecimento do passado, porque dele depende, até certo ponto, a sobrevivência do cidadão como ser responsável e autónomo”⁵⁴.

Concluindo, estamos «condenados» a viver historicamente como seres morais e juízes éticos⁵⁵. A história não pretende dar respostas a todas as nossas questões, mas com toda a certeza que um conhecimento englobante dos factores que possam explicar os fenómenos passados, mais próximos ou distantes de nós, nos proporciona um juízo crítico, mais bem apoiado e independente, e nos permite decidir de uma forma mais consciente e responsável no presente. Aos *Sacerdotes de Clío*, enquanto seres de pensamento, de palavra e de comunicação, tomando em devida conta os critérios científicos e valorativos da ciência que praticam, compete continuar a dar o seu melhor contributo para o aprofundamento da cultura cívica.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry, 1998 - *The Origins of Postmodernity*, London, Verso.
- ANKERSMIT, Frank R., 2004 - “Historical representation” in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKEEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 1-27.
- ANKERSMIT, Frank R., 1989 - “Historiography and Pos-modernism” in *History and Theory*, vol. 28, 2, p. 137-153.
- ANKERSMIT, Frank R., 1997 - *A aesthetic Politics: political Philosophy beyond Fact and Value*, Stanford, Stanford University Press.
- APPLEBY, Joyce Oldham, HUNT, Lynn e JACOB, Margaret, 1994 - *Telling the truth about history*, New York, W. W. Norton & Company.
- BARTHES, Roland, 1970 - “Historical Discourse” in *Introduction to Structuralism*, Michael LANE [Ed.], New York, Basic Books, pp. 145-155.
- BEST, Steven, 1991 - *Postmodern theory: critical interrogations*, New York, Guilford Press.
- BEST, Steven e KELLNER, Douglas, 1997 - *The Postmodern turn*, New York, Guilford Press.
- CARR, David, FLYNN, Thomas R. e MAKKEEL, Rudolf A. [Ed.], 2004 - *The Ethics of History (Topics in Historical Philosophy)*, Northwern University Press.
- CARR, David, 1991 - *Time, narrative, and History*, Bloomington / Indianapolis, University of Indiana Press.
- CARR, David, 2004 - “History, Fiction and Human Time: historical Imagination and Historical responsibility” in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKEEL [Ed.], Illinois: Northwestern University Press, pp. 247-260.
- CARR, Edward Hallet, 1990 - *What is History?*, New York, Random House, 1990 (1ª edição é de 1961).
- CATROGA, Fernando, 2003 - *Caminhos do Fim da História*, Lisboa, Quarteto.

⁵⁴ MATTOSO, 2001: 231-232.

⁵⁵ Do ponto de vista de W. DILTHEY “*we are historical beings first, before we are observers of history*” (cit. in CARR, 1991: 178).

- CERTEAU, Michel de, 1975 - *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard (edição brasileira: *A escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975).
- CANNADINE, David [coord.], 2006 - *Que é a História hoje?*, Lisboa, Gradiva.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2006 - "Maria Helena da Cruz Coelho" in *Faces de Eva*, nº 15, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa, pp. 159-169.
- CORRAL LAFUENTE, J., GARCÍA HERRERO, C. e NAVARRO ESPINACH, G., 2006 - *Taller de Historia. El oficio que amamos*, Barcelona, Edhasa.
- DERRIDA, Jacques, 1967 - *De la grammatologie*, Paris, Seuil.
- DERRIDA, Jacques, 1979 - *L'écriture et la différence*, Paris, Seuil.
- DANTO, Arthur C., 1965 - *Analytical Philosophy of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DANTO, Arthur C., 2004 - "Prudence, History, Time and Truth" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKREEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp.76-88.
- DAVIES, Martin L., 2005 - *Historics. Why History Dominates The Contemporary Society*, London, Routledge.
- DIGGINS, John Patrick, 1995 - *The Promise of Pragmatism: Modernism and the Crisis of Knowledge and Authority*, Chicago, University of Chicago Press.
- EAGLETON, Terry, 1996 - *The illusions of Postmodernism*, Oxford, Blackwell Publishing.
- ELTON, Geoffrey R., 1967 - *The Practice of History*, Sidney, Sidney University Press.
- ERMARTH, Elisabeth D., 1992 - *Sequel to History*, Princeton, Princeton University Press.
- EVANS, Richard J., 1999 - *In Defense of History*, Londres, Granta (New York: Norton & Company).
- FEBVRE, Lucien, 1977 - *Combates pela História*, 2 vols., Lisboa, Presença.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006 - "Epílogo: Que é a História hoje?" in *Que é a História hoje* David CANNADINE [Ed.], Lisboa, Gradiva.
- FERRO, Marc, 2003 - *The use and abuse of History*, London, Routledge.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de, 2004 - «Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca.1970-ca.2000)» in *Études & Travaux 2003-2004*, nº 8, Auxerre, Centre d'Études Médiévales – CNRS / Université de Bourgogne, pp. 81-98. Reed. in *ANAIIS, Série História*, 2005, Universidade Autónoma de Lisboa, vol. IX/X, Lisboa, pp. 231-266 (versão integral).
- FOUCAULT, Michel, 1998 - *As palavras e as coisas Uma arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa, Edições 70 (a 1ª edição é de 1966).
- FOUCAULT, Michel, 2005 - *A Arqueologia do Saber*, Coimbra, Almedina.
- FURAY, Conal e SALEVOURIS, Michael J., 2000 - *The Methods and Skills of History: A Practical Guide*, 2ª ed., Harlan Davidson (1ª edição é de 1988).
- FUKUYAMA, Francis, 1992 - *O fim da História e o último homem*, Lisboa, Gradiva.
- GARDINER, Patrick, 1984 - *Teorias de História*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILDERHUS, Mark T., 2002 - *History and Historians. A Historiographical Introduction*, 5ª ed., New York, Prentice Hall (a 1ª edição é de 1987).
- GREEN, Anna e TROUP, Kathleen [Ed.], 1999 - *The Houses of History: A Critical Reader in Twentieth-century: History and Theory*, Oxford, Manchester University Press.
- HARLAN, David, 1997 - *The Degradation of American History*, Chicago, University of Chicago Press.
- HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc, 1989 - *Políticas de la postmodernidad: ensayos de crítica cultural*, Montserrat Gurguá, Barcelona, Ediciones Península.
- JACOUTY, Jean-François, 2004 - *Éthique, Histoire et Politique chez Guizot: Genèse d'une pensée et pratiques jusqu'à la Révolution de Juillet*, Doctorat d'Etat, 3 vols., Paris.
- JENKINS, Keith, 1991 - *Rethinking History*, (reed. in the Routledge 'Classics' Series, 2003).
- JENKINS, Keith, 1997 - *The Postmodern History Reader*, London, Routledge.
- JENKINS, Keith, 1999 - *Why History? Ethics and postmodernity*, London, Routledge.

- JENKINS, Keith, 2000 - *An English Myth: Rethinking E. H. Carr's What is History?* In *Essays in Honour of E. H. Carr*, M. COX [Ed.], London, Macmillan.
- JENKINS, Keith, 2002 - *Refiguring History. New thoughts on an old discipline*, London, Routledge.
- LAMBERT, Peter e SHOFIELD, Phillip [Ed.], 2004) - *Making History. An Introduction to the History and Practices of a Discipline*, London, Routledge.
- LYOTARD, Jean François, 2003 - *A condição pós-moderna*, 3ª ed., Lisboa, Gradiva (a 1ª edição é de 1979).
- MARWICK, Arthur, 2001 - *The New Nature of History*, London, Palgrave.
- MATTOSO, José, 2001 - "A História hoje: que História ensinar?" in *Um século de Ensino da História*, Maria Cândida PROENÇA [coord.], Lisboa, Edições Colibri/ Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNL, pp. 223-236.
- McCULLAGH, C. Behan, 2001 - *John Adams (1735-1826)*, New York, Simon & Schuster.
- McCULLAGH, C. Behan, 1998 - *The truth of History*, London,
- MEGILL, Allan, 2004 - "Some aspects of the ethics of History-Writing: Reflections on Edith Wyschogrod's an Ethics of Remembering" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKREEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 45-75.
- MUNSLow, Alan, 1997 - *Deconstructing History*, London: Routledge.
- NEUSTADT, Richard e MAY, Ernest R., 1986 - *Thinking In Time: The Uses of History For Decision Makers*, New York, Simon & Schuster.
- NORA, Pierre [coord.], 1987 - *Essais d'Ego-Histoire*, Paris, Gallimard.
- POPPER, Karl, 1989 - *L'Histoire des histoires*, Paris, Fayard.
- POPPER, Karl, 1974 - *Conocimiento objetivo: un enfoque evolucionista*, Madrid, Editorial Tecnos.
- POMIAN, Krzysztof, 1999 - *Sur l'Histoire*, Paris, Gallimard.
- PROENÇA, Maria Cândida [coord.], 2001 - *Um século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNL.
- RICOUER, Paul, 1964 - *Histoire et Vérité*, Paris, Seuil.
- RICOUER, Paul, 2000 - *La lectura del tiempo pasado. Memoria y olvido*, Madrid, Ed. da Universidad Autónoma de Madrid.
- RICOUER, Paul, 2000 - *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil.
- RÜSEN, Jörn, 2004 - "Responsability and Irresponsability in Historical Studies. A critical consideration of the Ethical Dimension" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKREEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 195-213.
- SAVATER, Fernando, 2004 - *A coragem de escolher. «O núcleo essencial de tudo o que escrevi»*, Lisboa, Dom Quixote.
- SOUTHGATE, Beverly, 2001 - *History: What and Why?: Ancient, Modern and Postmodern Perspectives*, 2ª ed., London, Routledge.
- SOUTHGATE, Beverly, 2000 - *Why Bother with History: ancient, modern and postmodern motivations*, Londres, Longman.
- SOUTHGATE, Beverly, 2005 - *What is History for?* London, Routledge.
- STEINER, Georges, 2001 - *Grammaires de la création*, Paris, Gallimard.
- STOKES, Geoffrey, 2000 - *Popper - Filosofia, Política e Método Científico*, Lisboa, Temas e Debates.
- STONE, Lawrence, 1992 - "History and Post-modernism II" in *Past and Present*, 135 (Maio 1992), pp. 189-194.
- TOSH, John, 2005 - *The Pursuit of History*, London, Longman.
- TOSH, John, 2000 - *Historians and History*, London, Longman.
- VEYNE, Paul (s/d.) - *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70.
- VOVELLE, Michel et al., 2005 - *Os Historiadores*, Lisboa, Teorema.

- WHITE, Hayden, 2005 – “As Ficções da Representação Factual” in *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Manuela Ribeiro SANCHES [Org.], Lisboa, Cotovia, pp. 43-62.
- WHITE, Hayden, 1987 - The value of narrativity in the representation of reality. In: *The Content of the Form*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 2-32.
- WILSON, Norman J., 2004 – “History in crisis? Recent Directions” in *Historiography*, 2ª ed., New York, Prentice Hall.

ANEXO I

Entrevista Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem Maio de 2006

1 – Durante muito tempo, à História, como disciplina convencional, foram atribuídas virtudes cognitivas. Que espécie de relação pode estabelecer-se entre realidade histórica, narração e verdade histórica?

- Os conceitos em causa não se encontram todos exactamente da mesma linha de ideias.

“Realidade histórica” tem sido entendida como a parte da realidade passada, da totalidade do passado, da evolução das sociedades humanas, a parte desse todo susceptível de se converter em *conhecimento histórico*. Uma vez que os vestígios do passado não cobrem a totalidade desse mesmo passado, *realidade histórica* será a parte do passado susceptível de ser *historicamente conhecida*, de se tornar *historiografia*.

A questão da “narração” como forma de escrita do passado histórico, como forma textual de exposição, não é uma questão nova nem sequer recente. Se quisermos, as crónicas medievais e do Renascimento desde cedo foram consideradas género literário e o problema de uma história que hoje diríamos “de divulgação”, em textos levezinhos, agradáveis e acessíveis a um leitor não especialmente pré-informado, também se colocou, nomeadamente, na segunda metade do século XVIII. O Romantismo, se não colocou teoricamente o problema, fez pelo menos com que ele fosse encarado a propósito da maneira de escrever de um Jules Michelet ou de um Alexandre Herculano (que, aliás, e ainda que não necessariamente na mesma fase da vida, praticou também o romance histórico, como é arqui-sabido). É evidente que há domínios e domínios da História e que não se coloca da mesma maneira para eles todos o problema da narração. A narratividade, e atendo-me a pontos de vista de Arthur C. Danto, que tem a ver com a existência do discurso do historiador de *frases* que ele qualifica de *narrativas*, frases que pretendem exprimir a *décalage* temporal entre algo de mais antigo e algo de mais recente, realmente a narratividade assim entendida não se põe da mesma maneira para um qualquer domínio *cliométrico* que se põe para a História política tradicional (a *febvrianamente* chamada «história historicizante»), para a história dos acontecimentos militares, para a biografia singular, para certas *novas* formas de encarar historicamente o *político* ou para as representações dos poderes. Mas a verdade é que um certo rasto de narratividade não deixa nunca de estar presente no discurso do historiador. É curioso que Hayden White escreveu algures que [cito de memória] «os historiadores do século XX não foram além dos processos de escrita do realismo do século XIX». Seria como se o máximo de

ousadia na escrita da história em Novecentos fosse escrever um pouco à maneira dos homens da *geração de 70*. Não deixa de ser interessante que há em Vitorino Magalhães Godinho ou em Joaquim Romero Magalhães passagens que me lembram Antero... Outras formas de narração mais novecentistas já as haverá na historiografia portuguesa, mas julgo-as, por enquanto muito localizadas.

A questão da «verdade histórica» põe-se a um nível ético. Eu não confundiria aqui «realidade» com «verdade»: qualquer trabalho do cientista social do passado executado segundo os princípios da ética do espírito científico (que passam também pela metodologia) é um trabalho *verdadeiro*; só haverá falha, *traição* à verdade histórica, se um qualquer aprendiz de historiador – ou aprendiz de feiticeiro, se preferirmos – se permitir forjar dados, imaginá-los, trocar cotas de arquivo ou produzir referências bibliográficas fictícias. Ora não é por acaso que esta questão da «verdade histórica» tem sido agitada no nosso País por alguns dos vultos mais conservadores da Historiografia do século XX, que esgrimiram a questão da *verdade* – ou da falta dela – como algo para ameaça e, eventualmente, – *castigo académico* daqueles cujas conclusões porventura não agradassem por «não conformes com a verdade histórica».

2 – Qual o papel da História no mundo *post*-moderno que tende a confundir a história com a ficção? A erudição crítica não será o melhor antídoto no enfrentar do relativismo mais radical?

- Sem dúvida, justamente reportando-me à última das interrogações. Antes de chegar lá eu diria: nada se perde em que os historiadores escrevam com elegância, em que os historiadores, para além de se lerem uns aos outros, leiam a prosa, a poesia, ou a dramaturgia do seu tempo, do seu País ou de outros; do seu tempo ou de qualquer tempo passado que lhes agrade e assimilem maneiras de escrever. Haverá *camilianos* ou *queirozianos* na Historiografia portuguesa actual? Penso que sim...

Prosseguindo, há cerca de três anos o helenista Jean-François Jarrige, numa intervenção da abertura solene do *Institut de France*, colocava justamente o problema patente na interrogação: que a dimensão atingida pelas mais eruditas disciplinas históricas – pensemos, para o caso dos antiquistas, na *Epigrafia* ou na exegese dos poemas homéricos ou, para outras épocas, que não a Antiguidade, na *Diplomática*, na *Paleografia*, na *Codicologia* ou na *Sigilografia*, nas conquistas que têm tido sensivelmente ao longo do último meio século, serem uma parte importante do Património de uma comunidade nacional, um *superavit* em termos científicos e um instrumento essencial na construção de uma Memória Nacional; os excessos do *européismo* tendem a desprezar este último ponto, mas há também há a questão de uma Memória europeia e as disciplinas eruditas nisto terão sem dúvida um papel insubstituível.

3 - Numa era de profundo cepticismo e relativismo, em boa parte devedor da projecção fenomenologista / pós-estruturalista que associa a história e a ficção, que lugar resta para a História produzida pelos profissionais de *Clio*? Mantém-se o significado ético do passado?

- Sem dúvida, quanto a esta última pergunta. E eu vou pegar no conjunto das questões que me coloca, justamente nesta base: seria essencial no mundo de hoje a existência de **uma boa divulgação do saber dos profissionais de *Clio***. Isso pode já acontecer há muito em diversos países, mas não entre nós. Não há boa divulgação histórica. Direi mais: quase não há divulgação histórica e a pouca que há não é de qualidade, não está conforme os *estados actuais de conhecimentos* construídos nos últimos tempos pelos **sacerdotes de *Clio***. Estou a pensar naquele programa televisivo, nem é preciso dizer da responsabilidade de quem, onde se reproduzem *lugares-comuns* que podem ter sido válidos há muito tempo, mas não hoje. É evidente que não é qualquer profissional da história que dá o salto de dentro dos muros da sua Escola e de entre as circunspectas páginas das revistas universitárias para o mundo da grande comunicação social. Então, essencial seria o papel do jornalismo cultural, e já estivemos, no que a este domínio diz respeito, melhor do que estamos hoje: estou a pensar no *JL, jornal de letras, artes e ideias*, dos anos 80 e 90; mas era bom que no jornalismo cultural deixasse de haver tanta mistura entre o que seja a crítica literária, a crítica de artes plásticas, a crítica de cinema, a crítica de teatro e algumas raras alusões ao que historiograficamente se vai fazendo (mas encaixando tais referências sob a etiqueta “Ensaio” ...), e que houvesse uma crítica *cliográfica*, que estivesse atenta à História que se faz e a encarasse como tal. Sena dizia que [cito de memória] «o crítico é crítico da profissão que não exerce»; pois sem dúvida, e então que haja o crítico da profissão de historiador visto pelo lado de fora e o crítico dos textos científicos do historiador nas publicações periódicas de carácter cultural, atingindo públicos mais vastos do que o universitário, ou então ao nível de outros *media*, como a televisão ou como a rádio. No que diz respeito à rádio, nomes como Damião Peres, Magalhães Basto ou o Mestre desta Casa [Faculdade de Letras da Universidade do Porto] José António Ferreira de Almeida tiveram durante anos programas com público fiel. Na televisão estão vazios os lugares ocupados noutros tempos por Vitorino Nemésio, acima de todos, mas também mais pontualmente por David Mourão-Ferreira ou, mais pontualmente ainda, por Manuel Alegre ou por Natália Correia. Passagens pela televisão por historiadores como Jorge Borges de Macedo ou José Mattoso francamente não me convenceram; Magalhães Godinho e Oliveira Marques, em raras presenças, agradaram-me francamente mais. E outros exemplos são demasiado ocasionais para que possam ser isso mesmo, *exemplos*.

ANEXO II

Entrevista Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho Junho de 2006

1 – Durante muito tempo, à História, como disciplina convencional, foram atribuídas virtudes cognitivas. Que espécie de relação pode estabelecer-se entre realidade histórica, narração e verdade histórica?

- A História, como qualquer ciência ou área do saber que é, acrescenta, obviamente, valores no domínio do conhecimento. Para analisar o processo de funcionamento e evolução das sociedades, inscrito no tempo, maneja uma conceptualização e metodologia científica que, aventando hipóteses leva à transformação da informação em conhecimento. Mas o conhecimento histórico, como o de outras ciências, não é estático nem tem mesmo um valor universal e evolui ao longo dos tempos, bastando lembrar como o redimensionamento do conceito de fontes e a sua dimensão serial e quantitativa e as possibilidades ainda em expansão das técnicas informáticas, passaram a sustentar renovadas metodologias e hermenêuticas históricas. Logo o conhecimento histórico estará sempre em movimento, equacionando novas problemáticas e ensaiando outras interpretações sobre as acções dos homens no seu devir temporal.

2 - Qual o papel da História no mundo *post*-moderno que tende a confundir a história com a ficção? A erudição crítica não será o melhor antídoto no enfrentar do relativismo mais radical?

- Com tais pressupostos científicos, fácil é de deduzir que, na minha opinião, a História não é ficção. No entanto, estou cada vez mais consciente que o historiador que escreve sobre o passado é um homem inscrito e comprometido com o seu tempo e lugar, é um homem que carrega as suas memórias e os seus esquecimentos. Logo com essa carga social, emocional e cognitiva acerca-se dos acontecimentos e dos homens do passado, interpretando-os e reescrevendo-os. Acresce que o historiador não alcança o que aconteceu, mas tão-só o que nos chega sobre o acontecimento vivido. Dai que o historiador, ainda que trabalhando com toda a sua aparelhagem heurística e hermenêutica, mais não poderá fazer que apresentar a sua visão desse passado. Só esse poderá ser, no âmbito da maior cientificidade e capacidade crítica e interpretativa, o discurso do historiador, mas nem por isso esse discurso ou visão do mundo transforma a História numa ficção, como o sentido da relatividade do conhecimento científico não nega o valor ou o método de qualquer ciência.

3 - Numa era de profundo cepticismo e relativismo, em boa parte devedor da projecção fenomenologista / pós-estruturalista que associa a história e a ficção, que lugar resta para a História produzida pelos profissionais de *Clio*? Mantém-se o significado ético do passado?

- Sabemos bem que a escrita da história se inscreve numa complexa dialéctica entre o tempo acontecido e o tempo narrado e que cada historiador está presente no pedaço de história que reconstrói. Mas para chegar a essa reconstrução procurou informação, munuiu-se de

metodologias e técnicas de investigação e de linguagem conceptual apropriada ao seu campo de análise.

Buscou os testemunhos que chegaram do passado – da paisagem aos *documenta-monumenta*, dos objectos às imagens, dos actos aos pensamentos, dos gestos aos sentimentos, dos sinais aos signos. Leu-os, desenterrou-os, contemplou-os, criticou-os, interpretou-os e com eles procurou contextualizar os homens e os acontecimentos num tempo e espaço, apresentando por fim a sua construção cultural e histórica desses mundos, que pode e deve corporizar-se numa discursividade de bom recorte literário. Mas entre inventar ou fantasiar e interpretar, reflexiva e criticamente, os testemunhos que nos chegam do passado, há significativas diferenças.

A História não tem nos nossos dias o sentido ético - “a História mestra da vida” – que lhe foi assignado noutros tempos. Mas com ela compreendemos sem dúvida melhor o processo evolutivo das sociedades e por meio dela temos uma mais ampla percepção dos encadeamentos e interrelacionamentos biunívocos entre o meio e o homem, e entre o “eu” e o “outro”, na longa gesta do pensamento, dos sentimentos, das emoções e das acções dos homens. A História assegura a memória colectiva dos povos, contribuindo para a sua identificação e identidade e para uma mais abrangente compreensão do mundo.

Esta memória e saber é, sem dúvida, uma mais valia para lermos e apreendermos o tempo presente e, se assim o entendermos, para mais esclarecidamente nos envolvermos numa empenhada cidadania e numa consciente solidariedade universal.